

O sangue azul e o padrão de concessões e consumo

» RONALD SIQUEIRA BARBOSA

Professor e engenheiro de telecomunicações, presidente do Instituto Nacional Afro-Brasileiro (Inabra)

Certa vez, conversando com um amigo sobre se era possível atingir o topo no nível da escala social apenas com conhecimento, ele me respondeu que não. Argumentou que, para isso, é necessária uma grande mudança no nosso nível social e de toda uma população. Além disso, eu mesmo não poderia, disse ele, pois não tinha sangue azul. Na época, isso me soou como um sistema de casta.

A história nos revela que, desde o antigo Egito, na Grécia, Europa e a Ásia — quer dizer, onde houvesse classes de nobres e de plebeus —, acreditava-se serem os nobres os representantes de sangue azul e que, por isso, podiam ser interlocutores entre os deuses e o povo.

Quando, atualmente, trazemos para os campos social e político e para as diversas áreas de atuação profissional e artística, observamos que, para o entendimento pleno de uma mensagem, há a necessidade, algumas vezes, além da interlocução, de uma transdução na transmissão e na recepção. O termo significa, na física, processo em que uma energia transforma-se em outra diferente.

Essa interlocução pode ser feita por um agente governamental, um político, um parente influente, um militar ou uma instituição. Durante muito tempo, a Europa foi uma poderosa interlocutora a partir de conquistas, nem sempre ortodoxas. Com o passar do tempo das colonizações e, depois, com o processo de independência, outros interlocutores apareceram.

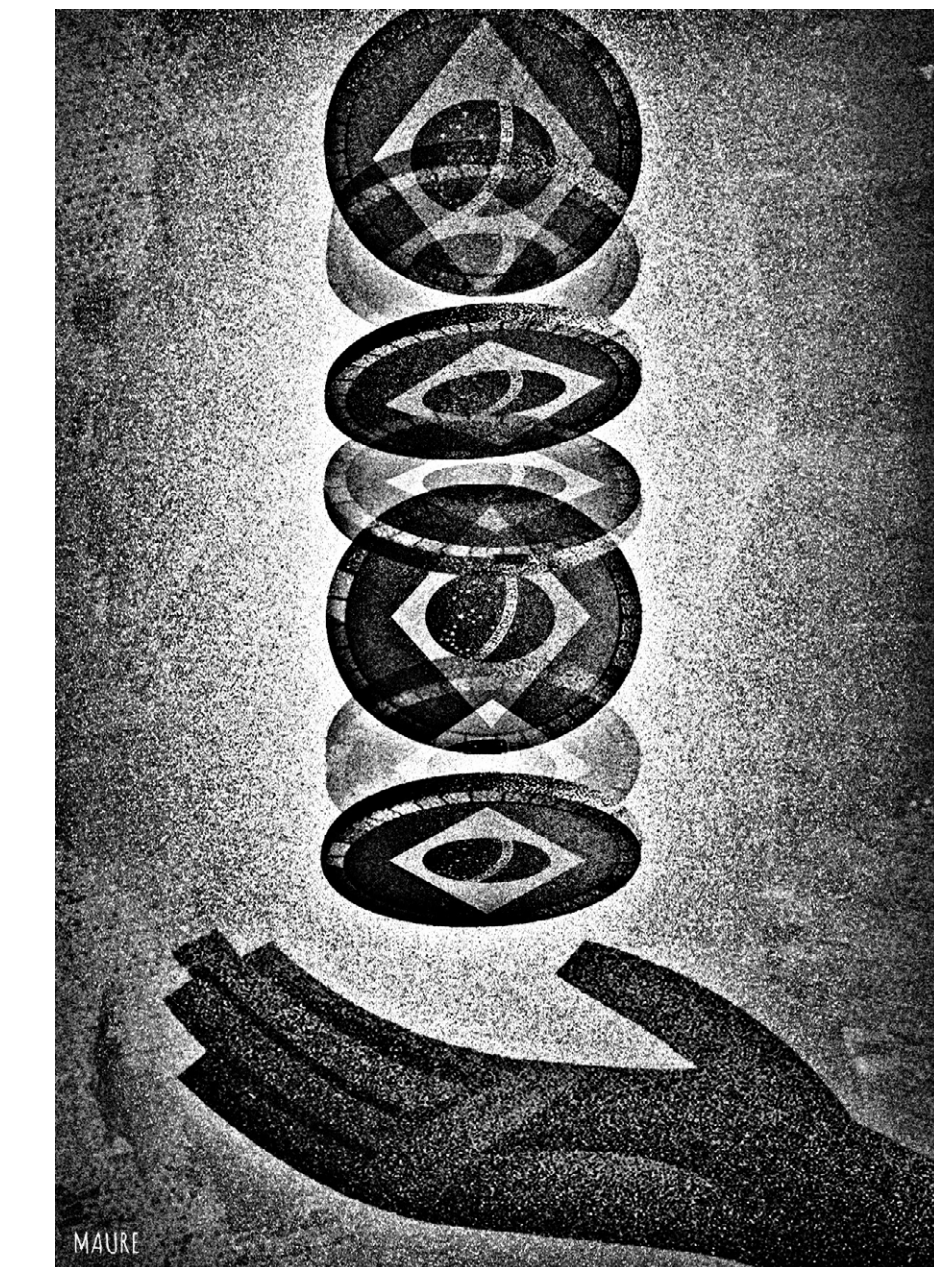
Uma das minhas antigas curiosidades tem a ver com a palavra interlocução, e acho que os historiadores poderiam nos dizer ou ajudar a descobrir. Quais foram os interlocutores históricos do Brasil desde o Império até a República? Até porque foram os balizadores de todo o processo político, principalmente da legislação de Estado.

Sabemos que foi com o Iluminismo que se delinearam ideologicamente as concepções e identidades, pois o europeu, o africano, o asiático e o indígena transformaram-se no branco, no negro, no amarelo e no vermelho.

Com essa nova classificação, houve um limiar entre aqueles que poderiam aprender e criar cientificamente e aqueles destinados à servidão. A Europa que passara pelo regime de escravidão, pelo feudalismo, assistiu depois, à distância, a adoção pelo governo português, no Brasil, da política escravagista para incrementar a consolidação da nova terra descoberta.

Nesse mesmo período, no Brasil, ganhou força a ideia de se realizar uma interlocução perene entre elite e sociedade — ou seja, um verdadeiro crime perfeito, conceder sob os auspícios da monarquia títulos de nobreza para traficantes de escravizados.

Essas benesses, com raras exceções, eram meritórias. Concessão para exploração de



serviços, permissão, autorização e licença. O nome que deram a essa prática foi e é ainda uma forma de ter controle da situação e justificar com deboche e soberba um privilégio a amigos, parceiros do mesmo partido político, da mesma religião, para que assumam cargos federais, estaduais e municipais.

Isso também foi verdade para a exploração dos serviços públicos nos âmbitos federal, estadual e municipal e até de quiosques de praia. Isso ocorreu e continua acontecendo, na maior parte das vezes, em prejuízo de toda uma população preta que, como inundações e quedas de raio, acontecem todos os anos à nossa vista, descaradamente. Na concessão, a interlocução fica restrita aos concessionários ou prestadores de serviços.

A meu ver, valorosos e aguerridos líderes gastam tempo precioso discutindo racismo e intolerância, enquanto a caruagem passa e as riquezas produzidas ficam nas mãos de poucos. A riqueza produzida no Brasil não reflete o Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) da maioria da população, confirmando que temos essa prática de casta no país.

Nos próximos 40 anos, nosso foco mudará de posição para trabalhar todas as possíveis formas de interlocução que possam fazer avançar o progresso da maioria da população brasileira, que é preta e não pode ficar sujeita à soberba da esquerda que acha que temos apenas uma luta de classes, bem como à arrogância da direita que nos despreza ao considerar que as nossas necessidades são iguais às de todos os brasileiros.

O 20 de novembro há de vir como feriado nacional, mas deveríamos, em algum momento, discutir as legislações de concessão e dar um tempo nos debates sobre racismo. Na prática, estaríamos atualizando a pauta das nossas discussões e reivindicações. Em janeiro de 2024, entrou em vigor a nova Lei das Licitações, já pensou nisso? E nosso interlocutor?

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O descaso em forma de violência

Repensar a democracia no Brasil, suas virtudes e vícios, talvez seja o principal desafio a ser enfrentado em nosso tempo por todos aqueles que, de uma forma ou de outra, desejam o bem do país, a pacificação da nação e, sobretudo, um futuro menos distópico para as próximas gerações.

De fato, pelo que temos assistido até aqui, não há por parte do Estado nem vontade nem iniciativas que busquem um verdadeiro projeto para o Brasil. Talvez, por isso, o tão sonhado país do futuro vai, como em outras ocasiões, sendo postergado. Afinal, pensar o país fora da bolha política e em total sintonia, como deseja a maioria da população, virou uma espécie de ultraje aos que desejam a manutenção do status quo. Nem mesmo nas universidades, berços do pensamento, observa-se iniciativas sinceras devotadas a pensar o Brasil. Permanecemos naquele limbo de dúvidas, com a única certeza de que existe um projeto para o país que aponta sempre para o atraso e o descaso.

A perversidade herdada de tantos séculos de escravidão e exploração do homem pelo homem moldou entre nós uma classe dominante e política insensível a questões como as desigualdades. Uma elite incapaz de se situar dentro do Brasil real. Observe, como exemplo desse desdém pelo país, a reunião entre os governadores e o atual presidente para tratar de um plano de segurança, a fim conter, segundo o governo, o avanço contínuo do crime organizado sobre a estrutura do Estado. Se houvesse, de fato, um projeto para o Brasil, esse teria começado lá atrás, quando problemas dessa natureza estavam apenas dando seus primeiros passos.

Há décadas, o educador Darcy Ribeiro alertava para o crescimento desse problema: “Se os governantes não construírem escolas, em 20 anos falará dinheiro para construir presídios.” De lá para cá, a situação da violência em nosso país foi num crescendo tal que, hoje, o governo busca soluções milagrosas e ainda enviesadas de ideologias para resolver um problema que parece ter crescido para além das possibilidades de o Estado resolver.

Talvez tenhamos, nos últimos anos, mais presos nas celas que existem ou construído mais presídios do que universidades e escolas. Isso é uma anomalia que não tem fim. Estamos fadados a correr eternamente atrás do rabo, como um cão endoidecido, consertando a fechadura depois de ter a porta arancada. Reuniões como a ocorrida nesta semana no Palácio do Planalto mostram que, além das pantomimas habituais, o cerne do problema escapa das mãos dos políticos, como areia fina.

Ao mesmo tempo em que presídios de segurança máxima são erguidos, o Estado, pelas mãos de seus magistrados, libera o uso das drogas, um dos principais insumos para mover a máquina do crime organizado. Boa parte de nossas metrópoles ostenta hoje periferias que são áreas controladas por uma criminalidade fortemente armada e que não aceita a intromissão do Estado. Nessas periferias onde mandam as quadrilhas, as escolas foram transformadas em zonas de alto risco para os professores, com o tráfico de drogas correndo solto e todo o tipo de violência.

Ciente dessa questão, muitos governadores buscaram, no modelo de escolas militares, uma solução exitosa para fazer com que esses estabelecimentos funcionassem com um mínimo de eficácia. Educação não se faz sem um mínimo de disciplina. Muitas mães de alunos aprovaram o modelo, mas o Estado, por questões ideológicas, achou por bem pôr um fim nessas escolas, sem ouvir os contribuintes, retornando ao modelo antigo no qual os alunos mandam. E pensar que existe país pelo mundo que transforma antigos presídios em escolas ou hospitais, por absoluta falta de meliantes para prender. Acreditar que a maioria dos políticos resolverá o problema de violência em nosso país é persistir na ilusão. O descaso é também uma forma de violência e uma derrota para todos. Diante de uma situação que tomou proporções continentais, o que temos que fazer agora é buscar meios para que, num futuro breve, não tenhamos que negociar diretamente com uma espécie de Estado paralelo governado por facções do crime.

DSI: tecnologia é a melhor defesa contra a biopirataria

» MAURO REBELO

Biólogo marinho, doutor em biofísica, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e fundador da Bio Bureau

Na COP16, em Cali, diariamente, surge uma nova tentativa de acordo sobre a repartição de benefícios do uso de Informação de Sequência Digital (DSI), mas o consenso ainda parece distante. Essa é a segunda COP de que participo, e vejo esse tema dominar discussões que começaram em 2016, no México. Confesso que essa discussão me surpreende. Entendo a importância dos fóruns internacionais para corrigir injustiças históricas, mas essa batalha é inglória e inútil.

O Protocolo de Nagoya, celebrado quase 20 anos após a Rio 92, ainda que não retroativo e sem reparação por séculos de exploração, reconhece a soberania das nações sobre sua biodiversidade e os direitos ao conhecimento tradicional associados, assegurando a repartição de benefícios por meio de leis como a 13.123 de 2015 no Brasil.

Normas como a brasileira encontraram resistência no setor empresarial e nos países que detêm alta tecnologia para transformar biodiversidade em produtos. A justificativa — com a qual concordo, como empreendedor — é que o maior valor não está no recurso bruto, mas no conhecimento e no investimento para convertê-lo em produtos (entram aí o custo e o risco regulatório, que reduziram drasticamente as novas moléculas de biodiversidade no mercado nos últimos 30 anos). Para a indústria, é compreensível — mas não aceitável — evitar o risco de repassar esse custo ao consumidor. Mas essa repartição funciona como um royalty sobre a biodiversidade e trouxe mais segurança jurídica para quem acessa esses recursos, conforme Nagoya.

Alguns países, no entanto, buscaram alternativas de bioprospecção sem qualquer repartição de benefícios. Encontraram essa possibilidade nas sequências de DNA digitais armazenadas em bancos públicos, as tais DSI. Como a maior parte desses dados é anterior ao Protocolo de Nagoya e está em domínio público, consideraram que não havia obrigação de repartição.

Era uma afronta: insinuava que a biodiversidade “rica” poderia ser substituída por sequências do GenBank — dados que os próprios países biodiversos permitiram e até exigiram que fossem compartilhados para assegurar integridade científica. Era uma repetição da biopirataria histórica.

A resposta dos países biodiversos foi imediata: uma regulamentação específica para DSI na Convention Biological Diversity (CBD). Mas, a meu ver, essa proposta impulsiva foi não apenas desnecessária, mas contraproducente. Na prática, a maioria das DSI não concorre com Nagoya: uma sequência digital de DNA não é uma entidade isolada, pois depende do DNA adjacente, já protegido pelo protocolo. Além disso, muitas DSI estão fora de escopo por serem anteriores a Nagoya, restando apenas dados divulgados em bancos públicos à revelia das normas internacionais.

Há 10 anos, quando essa discussão começou, essas sequências poderiam ser relevantes, mas hoje não são mais. O sequenciamento de DNA avançou mais rápido que as negociações da COP, e bancos privados já superam o GenBank, em volume (até 10 vezes!) e em qualidade de sequências. Assim,

o debate sobre DSI não resiste a uma análise econômica. Para os países biodiversos, o custo de monitorar o uso dessas sequências é alto; para os high-tech, dados públicos de baixa qualidade já não oferecem diferencial competitivo.

Nossos esforços deveriam focar em questões mais relevantes. As empresas que investem milhões em bancos de DNA não o fazem para bioprospecção tradicional. Estão treinando algoritmos de inteligência artificial (IA) para criar enzimas e proteínas sintéticas inspiradas, mas não derivadas, das naturais protegidas por Nagoya.

Nagoya e a legislação brasileira são suficientes para garantir a repartição de benefícios no uso de sequências de DNA para treinar IA? Seria ético, sem recursos para desenvolver modelos nacionais, impedir que estrangeiros usem essas sequências em benefício da sociedade?

As respostas para essas questões não estão na COP ou na CBD. Dar voz aos oprimidos sem que tenham capacidade de ação é uma falsa inclusão. Os países biodiversos só explorarão plenamente o potencial de seus recursos quando dominarem a tecnologia de transformação. Receio que aprender biotecnologia seja a única forma das comunidades tradicionais converterem seu conhecimento em produtos de alta conveniência que o mercado demanda e, consequentemente, em riqueza. O tempo dos produtos de baixa tecnologia e baixo valor agregado passou.

É na tecnologia que precisamos avançar. Sem ela, a floresta será apenas mais uma commodity.

» A frase que foi pronunciada

“A escola é uma prisão onde se aprende a ser livre”

Quintino Cunha

Errei

» Na última quinta-feira (31/10), cometi dois erros. O primeiro é referente ao número de mortos no rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, que foram 19 no total. O outro é referente a Fundação Renova, que continua ativa, e não extinta como diz no texto. Veja mais detalhes do assunto no *Blog do Ari Cunha*

Portas abertas

» Centenas de pessoas de Goiás e Brasília com o sobrenome Chaves articulam um grande encontro para os próximos meses

Inovação

» Abertas as inscrições pela Biolab, até 15 de novembro, para startups com soluções inovadoras para a saúde. É uma grande oportunidade para as universidades com pesquisas de ponta que têm a oferecer propostas efetivas desde o papel da IA e novas oportunidades na jornada médica, soluções em softwares para otimização do desenvolvimento. No blog do Ari Cunha, o assunto com detalhes.

» História de Brasília

“Na Universidade de Brasília, um tapeceiro chegou para cobrir a parede. O mestre de obras disse que a parede não havia sido levantada. Sente aí e espere um pouco.” (Publicada em 21/41962)